

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Disputa em leilão garante economia na conta de luz.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Leilão recorde de energia gera R\$ 13 bi de investimento	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Leilão atrai estrangeiros e investimento recorde	5
Título: Desnacionalização :: Antonio Corrêa de Lacerda.....	6
Título: CNI vai ao STF para manter Reintegra em 3%	8
VEÍCULO: Valor Economico.....	9
Título: Engajamento sustentável.....	9
Título: Gestão de água e energia é a base do negócio.....	12
Título: Futuro ministro das Minas e Energia instala-se na Petrobras	13
Título: Em leilão disputado, Neoenergia contrata R\$ 6 bilhões em ativos	15
Título: Prévia do IPCA fechou 2018 abaixo de 4%, estimam economistas	18
Título: Petrobras criará joint venture com Total na área de energia renovável.....	19

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/12/2018****Seção: Economia****Autor: LEO BRANCO - SÃO PAULO****Título: Disputa em leilão garante economia na conta de luz**

Concessão de 16 lotes de linhas de transmissão de energia teve deságio médio de 46% e deve atrair R\$ 13 bi em investimentos ao longo de 30 anos.

Especialista estima redução de R\$ 1 bi por ano ao consumidor

O último leilão feito pelo governo Michel Temer de lotes de linhas de transmissão de energia no país vai gerar uma economia bilionária nas contas de luz. De acordo com cálculos de especialistas, o deságio oferecido pelas empresas que venceram a disputa representará uma redução de R\$ 1 bilhão por ano ao longo das próximas três décadas. O deságio médio foi de 46%. Abaixo do registrado no leilão feito no início do ano (55,3%), mas bem acima da média de anos anteriores, que girava em torno de 30%.

Entender o deságio é importante porque, pelas regras desse tipo de disputa, a proposta vencedora é a que a se dispõe a dar o maior desconto em relação ao valor que o investidor vai ganhar de distribuidoras e geradoras de energia para construir e tocar as linhas de transmissão. Na ponta, quanto maior o deságio, maior a chance de o consumidor final ter descontos na tarifa de energia elétrica.

— O deságio do leilão de hoje equivale a uma economia de R\$ 1 bilhão por ano ao consumidor, ao longo de 30 anos, em relação ao patamar previsto inicialmente pelo governo. É, sem dúvida, um ótimo indicador— diz Luiz Augusto Barroso, sócio da consultoria em energia PSR.

DOMÍNIO DAS ESTRANGEIRAS

Realizado ontem na sede da B3, em São Paulo, o leilão vai viabilizar R\$ 13,2 bilhões em investimentos ao longo dos 30 anos de concessão.

O certame foi dominado por grandes companhias do setor de energia controladas por conglomerados internacionais. Entre as vencedoras estão CPFL, distribuidora que atua em quatro estados, controlada pela estatal chinesa State Grid, que levou dois lotes, e a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola e dona de distribuidoras e geradoras em 16 estados, que levou quatro lotes.

— A competitividade do leilão demonstra a confiança dos investidores com o marco regulatório atual do setor —disse Ricardo Goulart de Brito, superintendente de desenvolvimento de negócios da Neoenergia.

A importância de ter grandes nomes como vencedores da disputa está no chamado efeito "bala na agulha" dessas empresas para tocar os projetos. Em geral, as obras de linhas de transmissão envolvem bilhões de reais desde o planejamento até a manutenção e dependem de grandes estruturas administrativas para lidar com o cipoal de legislações ambientais e regulatórias do Brasil.

Por isso, na análise da engenheira Thais Prandini, diretora executiva da Thymos, consultoria e gestão de energia em São Paulo, a expectativa é a de que as vencedoras tenham recursos suficientes para até mesmo adiantar o cronograma de entrega das obras, em troca da antecipação no recebimento dos recursos previstos nas concessões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Leilão recorde de energia gera R\$ 13 bi de investimento

O leilão de linhas de transmissão de energia realizado nesta quinta-feira (20) atraiu forte concorrência entre grandes grupos do setor e gerou investimento recorde para um certame do gênero: R\$ 13,2 bilhões.

Foram leiloados 16 lotes, com 7.152 quilômetros de linhas e subestações em 13 estados do país.

Tal como nos últimos leilões de transmissão, os descontos oferecidos pelas empresas foram altos.

O deságio médio foi de 46%. No setor elétrico, os preços nos leilões têm tetos. Quanto maior o desconto (deságio), menor será o valor que o consumidor vai pagar na tarifa.

O grande vencedor do leilão foi a Neoenergia, empresa controlada pelo grupo espanhol Iberdrola.

A companhia arrematou quatro dos maiores lotes ofertados: dois deles no Sul do país e outros dois no Rio de Janeiro. Ao todo, o grupo deverá investir R\$ 6,1 bilhões nos próximos anos e receber uma receita anual de R\$ 500 milhões pelo contrato.

Com isso, a empresa elétrica, que também atua em distribuição e geração de energia, mais do que dobrará sua participação no segmento de transmissão, segundo Cristiane da Costa Fernandes, representante da Neoenergia.

“ [A expansão no segmento] É uma decisão estratégica que já existe desde 2017”, diz ela.

Outro grupo que se destacou foi o consórcio Chimarrão, formado pela Cymi, também espanhola, e a Brookfield. Eles arremataram um lote no

Rio Grande do Sul, com previsão de investimentos de R\$ 2,43 bilhões e receita anual de R\$ 219,5 milhões.

Os indianos da Sterlite Power, que foram os grandes vencedores do leilão de transmissão anterior, realizado em junho deste ano, fizeram lances em diversos lotes, mas levaram apenas um deles, também no Rio Grande do Sul, com investimento de R\$ 776 milhões e receita anual de R\$ 74,7 milhões.

Outros grandes grupos fizeram ofertas, mas não tiveram sucesso. É o caso da francesa Engie, da Equatorial e da chinesa State Grid, que só arrematou lotes por meio de sua controlada CPFL.

Entre as novas linhas que serão construídas, há uma concentração na região Sul do país. Algumas delas faziam parte de um contrato, recentemente rescindido, com a Eletrosul, subsidiária da Eletrobras. A estatal não teve condições financeiras de construir os empreendimentos, e estes tiveram que ser relicitados.

A competitividade dessas linhas não foi tão alta porque o valor das obras era maior, segundo Sandoval Feitosa Neto, diretor da Aneel (Agência Nacional de energia Elétrica).

Apesar disso, ele comemora o resultado e diz que a solução de relicitação foi favorável ao consumidor.

As concessões leiloadas nesta quinta terão duração de 30 anos, e o prazo para que os empreendimentos entrem em operação varia de 48 a 60 meses — o que significa que boaparte desses recursos será investida já nos próximos cinco anos.

A programação de leilões de energia para o próximo ano já está em estudo e estará pronta até março. “Provavelmente haverá dois leilões de energia nova [para contratar usinas geradoras] e, no mínimo, um leilão de transmissão no início do segundo semestre”, diz Moacir Bertol, secretário-adjunto de Planejamento do Ministério de Minas e energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/12/2018

Seção: Economia

Autor: LUCIANA COLLET e DAYANNE SOUSA

Título: Leilão atrai estrangeiros e investimento recorde

Licitação para construção e operação de linhas de transmissão prevê investimento de R\$ 13,2 bi e geração de 28 mil empregos em 13 Estados

O leilão para a construção e operação de 7.152 km de linhas de transmissão de energia terminou ontem com todos os 16 lotes arrematados – 4 deles pela Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola. Ao todo, os investimentos contratados contemplam 13 Estados e somam R\$ 13,2 bilhões, um montante recorde para um leilão de linhas de transmissão de energia, superando a marca de R\$ 12,7 bilhões em investimentos do leilão ocorrido em abril de 2017, segundo Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel). Se considerados todos os lances vencedores, o deságio (desconto) médio foi de 46%.

Ao todo, a Receita Anual Permitida (RAP) dos projetos chegou a R\$ 1,15 bilhão. Essa é a remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão de energia aos usuários.

Após perder para os italianos da Enel a concorrência pela distribuidora paulista Eletropaulo, no primeiro semestre, a Neoenergia foi agressiva no início do leilão de ontem e arrematou os três primeiros lotes de projetos e mais um, no fim do leilão. A companhia comprometeu-se com investimentos orçados em R\$ 6 bilhões, segundo estimativa da Aneel. O grupo arrematou instalações em quatro lotes, nos Estados de Santa Catarina e Paraná – o maior deles, com investimentos previstos de R\$ 2,791 bilhões –, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os quatro lotes arrematados pelo grupo significam um importante crescimento da companhia no segmento de transmissão, destacou a representante da empresa no leilão, Cristiane da Costa Fernandes. Segundo ela, eles devem

garantir uma receita anual da ordem de R\$ 500 milhões. Ela salientou que a companhia espera executar um investimento mais eficiente que o proposto pela Aneel.

No lote 1, o maior do leilão de transmissão de ontem, a empresa ofereceu uma Receita Anual Permitida de R\$ 194,1 milhões para construir e operar o projeto, com um deságio de 57,07%. Esse lote sozinho tem 1.097 km de linhas de transmissão para atender o norte de Santa Catarina e o Vale do Itajaí. A obra tem prazo de 60 meses para ser concluída, e deve gerar cerca de 5.583 empregos diretos, segundo a Aneel.

Gringos. Entre os maiores vitoriosos, estão outros grandes grupos estrangeiros que têm ampliado investimentos no Brasil, como a canadense Brookfield, a chinesa State Grid, a indiana Sterlite e a espanhola Elecnor, além de empresas locais de engenharia, que arremataram lotes com menores projeções de aportes.

Com o leilão, a expectativa do governo é que sejam gerados cerca de 28 mil empregos diretos e que as instalações de transmissão de energia entrem em operação comercial no prazo de 48 a 60 meses, a partir da assinatura dos respectivos contratos de concessão. / LUCIANA COLLET e DAYANNE SOUSA, COM REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Desnacionalização :: Antonio Corrêa de Lacerda

A desnacionalização de empresas brasileiras, públicas e privadas, é sempre polêmica. Não sem razão. De fato, a aquisição de empresas brasileiras por estrangeiros, a par de qualquer traço de xenofobia, representa inquestionavelmente a transferência de centros de decisão para o exterior. Trata-se de uma mudança que tem impactos significativos para a estratégia nacional de desenvolvimento, implicando questões como cadeia de fornecedores, nível de tecnologia e emprego, grau de concorrência, balanço de pagamentos, etc.

A visão liberal de mercado se mostra favorável ao ingresso de investimentos diretos estrangeiros, levando em conta as externalidades. Já se apurou que, no entanto, isso não ocorre de forma automática, dependendo do ambiente sistêmico, das políticas de competitividade, além de uma necessária negociação com as empresas no âmbito das cadeias globais de valor e do papel a ser representado pela empresa sediada no país hospedeiro. Daí a importância de um maior conhecimento do tema, assim como a formulação de estratégia tendo em vista os vários aspectos envolvidos na questão.

A internacionalização das empresas foi intensificada especialmente a partir da década de 1990, impulsionada pela globalização financeira, que potencializou a capacidade de expansão além fronteira das empresas transnacionais. Mais recentemente, vários países, com destaque para a China, têm ampliado as atividades de suas empresas no exterior com vista à autossuficiência energética, hídrica e alimentícia. Nesse sentido, como exemplo, a aquisição de uma distribuidora local de energia por uma empresa estrangeira, para além dos aspectos de segurança e defesa relacionados ao caso, há a questão da cadeia de fornecedores envolvida. Muitas vezes há um objetivo claro do investidor de ampliar o espaço das suas empresas no fornecimento de equipamentos e serviços especializados. Assim, há impactos potenciais significativos não só na política de investimentos, mas na cadeia de fornecedores e, portanto, de emprego.

Sob o ponto de vista concorrencial, nos casos em que a desnacionalização envolve uma privatização, concessão ou, ainda, uma parceria público-privada (PPP), a questão adicional é quanto às consequências da transformação de um monopólio, ou oligopólio público, em privado. Embora o Estado não precise ser necessariamente o operador em áreas como energia, saneamento, transportes, entre outras, ele não se pode eximir da tarefa de regulação, coordenação e fiscalização das atividades. O risco é deixar vulneráveis as empresas, os cidadãos e consumidores no que toca à fixação dos preços e tarifas cobradas, das contrapartidas de realização de investimentos, definição de padrões tecnológicos, manutenção e geração de postos de trabalho, etc.

Todas essas questões não são necessariamente novas. Nos anos 1990 houve um processo representativo de desnacionalização de empresas brasileiras, em muitos casos envolvendo a privatização. No entanto, pouco se debruçou sobre uma avaliação dos aspectos positivos e negativos do processo, apesar da relevância do tema e das experiências passadas, nacionais e internacionais.

Há, ainda, o aspecto das contas externas. Todo ingresso de capital estrangeiro tem como contrapartida a remuneração aos seus acionistas. Grande parte dos ingressos não está relacionada a novos projetos, mas a transferências patrimoniais. A agravante é que, em muitos casos, isso se dá em setores não

exportadores, ou seja, que não gerarão receitas em dólares, mas demandarão remessas futuras de pagamento de lucros e dividendos, além de outras despesas, nessa moeda.

Daí a importância da análise e da discussão da desnacionalização de empresas privadas e públicas no Brasil, que precisa ser mais bem compreendida e examinada no âmbito do desenvolvimento e do papel a ser exercido pelas políticas públicas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/12/2018

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues/ BRASÍLIA

Título: CNI vai ao STF para manter Reintegra em 3%

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou ontem com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que o governo reduza livremente a alíquota do Reintegra, programa que devolve para as empresas exportadoras parte dos tributos pagos na cadeia. A ação pede que o percentual pago às empresas volte a ser de 3% do faturamento com as exportações, que é o teto previsto na legislação.

Atualmente, a alíquota está em 0,1%, o piso da lei, após três reduções nos últimos três anos. O último corte se deu em meio à greve dos caminhoneiros, quando a alíquota foi de 2% para 0,1% para compensar parte dos subsídios criados para bancar a redução no preço do diesel.

No pedido, a CNI alega que o Reintegra não é um benefício fiscal, mas uma medida de desoneração das exportações, o que está previsto na Constituição. Por isso, a confederação defende que o percentual volte a ser de 3% e que, uma vez fixada a alíquota, ela não possa ser reduzida pelo governo a qualquer tempo e sem justificativa.

"Nenhuma grande economia do mundo exporta tributos, pois tornaria seus produtos menos competitivos no comércio internacional", afirma o superintendente Jurídico da CNI, Cássio Borges. "A redução da alíquota a 0,1% é um esvaziamento completo, a norma não está sendo atingido."

A ação inclui ainda um pedido cautelar (provisório) para que a alíquota volte a ser de 3% até o julgamento do processo. Na ação, a CNI argumenta que uma

inadequada interpretação da lei do Reintegra pode ofender princípios como o da não exportação de tributos, da livre concorrência, livre iniciativa e da liberdade de comércio.

VEÍCULO: Valor Economico

Data: 21/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Jacilio Saraiva

Título: Engajamento sustentável

Mais empreendimentos de pequeno porte estão aderindo a práticas sustentáveis nas rotinas de trabalho. Pesquisas realizadas no último ano pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) indicam que 93% dos empresários estão comprometidos com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto 91% consideram que a sustentabilidade gera novas oportunidades de negócios. Do total de 2,4 mil entrevistados sobre cuidados com o uso da água, 21% adotam medidas preventivas contra o desperdício.

"Há, ainda, maior prioridade à mão de obra e fornecedores locais, além de mais apoio às comunidades do entorno das companhias", afirma Vinicius Lages, diretor de administração e futuro diretor técnico do Sebrae, a partir de janeiro de 2019. Os levantamentos, feitos pelo Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), sediado em Cuiabá (MT), mostram que 17% dos empreendedores reaproveitam a água em atividades como irrigação, pastagem ou limpeza.

No estudo "Engajamento dos pequenos negócios em sustentabilidade e aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)", realizado com 1,8 mil empresas de todo o Brasil, os números sinalizam que os gestores investem em eficiência energética e na gestão de resíduos por conta da preservação ambiental (67%), da redução de custos (20%), marketing e propaganda (3%) ou para cumprir as leis do setor (2%). Mas, apesar do volume de adesão e de uma maior capacidade de adaptação do segmento à cartilha da sustentabilidade, por causa do menor porte das operações, ainda há muito a ser feito.

Entre os resultados das pesquisas, 29% dos empreendimentos têm práticas sustentáveis planejadas ante 54% que aplicam ações isoladas, sem planejamento. Noventa e sete por cento dos entrevistados substituíram lâmpadas incandescentes por fluorescentes econômicas e LED, mas apenas 7% recorrem a energias limpas, como solar e eólica. No quesito de compras de

insumos, 24% desconhecem os fornecedores de produtos sustentáveis na região onde atuam e apenas 6% adquirem materiais "verdes".

Por outro lado, 91% consideram que novas oportunidades e modelos de negócio estão surgindo por causa da aderência à sustentabilidade. "Reduzir o consumo de água, de energia e desperdiçar menos resíduos causa um impacto direto na redução de custos", explica Lages. "Isso amplia a competitividade dos negócios."

Para o diretor do Sebrae, as análises provam que o segmento se encontra em um estágio de "engajamento sustentável" e que a fase de conscientização sobre o tema já foi transposta. "Mais do que apenas um diferencial de competitividade ou instrumento para elevar níveis de eficiência, a prática da sustentabilidade responde às exigências do mercado."

É o caso da Reis Office, empresa de soluções para impressão e digitalização de documentos de Guarulhos (SP), que construiu uma nova sede com iluminação natural, sistemas de captação de energia solar e reuso de água. Acaba de obter a certificação ISO 14001, que atesta o compromisso de uma organização com a sustentabilidade.

Quando o prédio de cinco andares da companhia foi construído, a estimativa para o retorno do investimento era de cinco anos. "Mas a meta foi alcançada em quatro", garante o CEO José Martinho, sem revelar valores. Nos últimos 12 meses, a Reis Office deixou de usar 1,2 milhão de litros de água somente com a reutilização de água da chuva.

Com 300 empregados e faturamento de mais de R\$ 130 milhões em 2017, a empresa também investiu na coleta seletiva de resíduos. Todo o material de papel e papelão, a maior parte do lixo produzido, é reciclado e banca cestas básicas para comunidades apoiadas pelo grupo. Já o lixo orgânico passa por um processo de compostagem e os funcionários podem levar o adubo pronto para casa. "Também não usamos copos plásticos. Ao serem contratados, os colaboradores recebem uma caneca de inox."

No Colégio Divina Providência, no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, a novidade é um sistema com 365 placas solares que está sendo instalado este mês e entrará em funcionamento em janeiro. Cerca de 75% da energia consumida pela instituição de 300 alunos virão da geração fotovoltaica, segundo o padre Francisco de Assis Silva Alfenas, diretor do colégio fundado em 1926.

A conta de energia elétrica, de cerca de R\$ 17 mil mensais, será reduzida para R\$ 7 mil, uma queda de quase 60%. "A economia deve representar cerca de R\$

120 mil, ao ano", calcula. O sistema vai custar R\$ 600 mil e o retorno do investimento é estimado em quatro anos.

A implantação das placas solares também está associada a uma proposta pedagógica, de preparar as futuras gerações para a sustentabilidade, afirma. A escola mantém um projeto de coleta seletiva de lixo e estuda iniciativas de eficiência energética e de utilização da água da chuva, para os próximos três anos.

Ana Coelho, gestora de projetos do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), afirma que, entre pequenas indústrias e no varejo, as principais tendências de práticas sustentáveis caminham para uma preocupação crescente com o ciclo de vida das mercadorias. "Algumas companhias estão mais atentas aos impactos que os produtos geram ao longo da cadeia produtiva, desde a fabricação, transporte, uso e descarte", diz. "E já pensam em formas de reduzir ou evitar esses efeitos."

Na fornecedora de fraldas catarinense Nós e o Davi, esse cuidado apareceu na linha de produção e agora sustenta todo o modelo de negócio da empresa. Criada em 2013, a marca produz peças "ecológicas", que substituem similares descartáveis e podem ser reutilizadas por cerca de 800 vezes. "Um bebê gasta 5,5 mil fraldas descartáveis nos primeiros anos de vida, que ainda levam mais de 400 anos para se decompor", compara a sócia-fundadora Laís Oliveira.

Feitos com duas camadas de tecido, os itens têm tamanho regulável e custam a partir de R\$ 49. A produção média da companhia saltou de 1,2 mil, em dezembro de 2017, para duas mil unidades, este mês. O faturamento esperado em 2018 é de R\$ 1,9 milhão, um aumento de 26% ante o resultado de 2017.

"Um produto sustentável não é só aquele que não gera lixo ou evita agredir o meio ambiente. Também precisa ser sustentável para as pessoas envolvidas na sua produção", diz. As mulheres são 100% do quadro de funcionários da companhia, de 12 pessoas. Do total, dez são mães e receberam apoio da direção para se recolocarem no mercado, depois da licença maternidade. Todas trabalham com um horário flexível, para que se dediquem a outras atividades, aos estudos ou terem mais tempo com a família, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Jacilio Saraiva****Título: Gestão de água e energia é a base do negócio**

Fornecedores de soluções de eficiência energética e para captação de energia solar relatam que os pequenos e médios negócios já são mais de 60% da cartela de clientes e que o número de contratos entre as empresas menores aumentou 88% entre 2017 e 2018.

Para especialistas do setor, quem deseja aderir aos preceitos da sustentabilidade sem gastar muito dinheiro pode começar por ações simples, como a troca de lâmpadas por modelos mais econômicos ou a identificação de pontos de vazamento para economizar água. Depois, é possível avaliar como produzir mais com menos impacto ambiental, investindo na redução de matéria-prima ou usando uma menor quantidade de embalagens para brecar o descarte de lixo.

"A gestão da água, da energia e dos resíduos têm de ser a base dos negócios", diz Marcus Nakagawa, coordenador do Centro ESPM de Desenvolvimento Socioambiental. Segundo ele, os empresários não podem ficar de fora da discussão sobre a sustentabilidade porque clientes e fornecedores estarão, cada vez mais, atentos ao tema. Grandes grupos que comprem de pequenas e médias companhias estão exigindo que seus parceiros garantam o mínimo de controle ambiental e social na gestão, diz.

A ideia é que os empreendimentos integrem medidas de sustentabilidade ao planejamento estratégico e que o movimento não seja apenas um programa isolado que poderá ter fim.

Ana Coelho, gestora de projetos do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), sugere ações como instalar telhas transparentes para reduzir o consumo de energia. "Há outras iniciativas fáceis de serem adotadas, como a criação de um código de ética, com políticas anticorrupção e critérios para a contratação de fornecedores."

O importante, segundo ela, é saber que diretrizes devem ser priorizadas. "Mercados internacionais como a União Europeia não só valorizam os atributos de sustentabilidade das empresas, como podem exigí-los para a compra de produtos e serviços."

Vinicius Ferraz Reis, CEO e fundador da Solar21, de aluguel e venda de sistemas de geração fotovoltaica, afirma que mais companhias de porte reduzido estão procurando seus serviços. Do total de clientes, 61% são pequenos e médios negócios, antes de condomínios verticais (23%) e residências (16%). A maior parte da demanda vem do comércio, supermercados e escolas. "Em 2018, o nosso faturamento aumentou quase dez vezes", diz.

Com sede em Brasília (DF), a Solar21 opera desde início de 2017 e deve faturar este ano R\$ 617 mil, ante R\$ 71 mil obtidos no primeiro ano de atividade. Trabalha no modelo "vire a chave": fornece o sistema completo, já produzindo energia. Em média, o custo de uma solução para um prédio de 15 andares pode chegar a R\$ 80 mil. "No geral, a redução na conta de energia elétrica é de cerca de 90%."

Na Ledax, fabricante de iluminação em LED para shopping centers e hospitais, a quantidade de clientes entre os pequenos negócios aumentou 88%, entre 2017 e 2018. Hoje, 30% do total dos negócios são feitos com firmas menores, diz o CEO Rodrigo Travi. Postos de gasolina, pequenas indústrias e construtoras estão entre os compradores.

Fundada em 2014, a empresa tem fábrica em São Bernardo do Campo (SP) e vai inaugurar, em 2019, outra na Bahia. O faturamento saltou de R\$ 9,5 milhões, em 2017, para R\$ 17 milhões, valor estimado em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/12/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Futuro ministro das Minas e Energia instala-se na Petrobras

Almirante Bento: presença na Petrobras está sendo vista como uma tentativa do futuro ministro de ocupar espaço na petroleira que está na área do MME

O futuro ministro das Minas e Energia, o almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, está instalado na Petrobras, no Rio, onde manteve ontem reuniões de trabalho. Bento pediu à presidente substituta da estatal, Solange Guedes, uma sala para ele e nove assessores, incluindo um cozinheiro. A presença de Bento na Petrobras foi interpretada, por fontes próximas da estatal, como uma tentativa do futuro ministro de ocupar espaço na petroleira.

A questão é até que ponto, na gestão de Jair Bolsonaro, o governo e os militares terão ingerência sobre a Petrobras.

A presença do futuro ministro do MME na Petrobras se dá justamente em momento em que a estatal começa a articular seu processo de transição para o novo governo. O nome de Roberto Castello Branco, indicado para a presidência da empresa, deve ser apreciado pelo conselho de administração da companhia nos próximos dias. A posse do executivo está prevista para 3 de janeiro.

A expectativa é que os nomes dos diretores sejam apreciados pelo conselho no mês que vem. A escolha dos nomes da nova diretoria da Petrobras está sendo conduzida pessoalmente por Castello Branco. Segundo duas fontes, a composição do quadro executivo ainda não foi fechada, mas a expectativa é que haja mudanças pontuais. O Valor apurou que os diretores Jorge Celestino (refino e gás), Nelson Silva (estratégia) e Hugo Repsold (desenvolvimento da produção) podem deixar a diretoria.

A Petrobras disse, via assessoria, que descarta ceder um gabinete para o MME dentro da companhia. Segundo fontes, o almirante Bento solicitou à Solange uma sala para abrigar o MME dentro das dependências da estatal. O pedido foi feito em reunião, na quarta-feira, em Brasília. Ao saber da solicitação, Castello Branco não considerou o pedido aceitável, mas teria dito que, para ter a sala, o ministério teria que pagar pelo aluguel.

Não está claro ainda se pode haver mudanças no conselho da Petrobras logo no início do novo governo. Todos os conselheiros, sejam eles indicados pelo controlador, a União, sejam eles os apontados pelos minoritários, têm mandato até 2020. O conselho é formado por conselheiros independentes, sem nenhum ministro. A exceção aos independentes é o presidente da estatal, Ivan Monteiro, que está de licença médica há uma semana. O conselho da Petrobras é presidido por Nelson Carvalho, doutor em contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP).

A formação de um conselho profissional na Petrobras, sem a influência política, remete ao fim do governo Dilma Rousseff, já na esteira da Lava-Jato. Historicamente, porém, a Petrobras teve o ministro de Minas e Energia como presidente do conselho da empresa. Até 2015, o MME tinha um representante no conselho de administração da estatal. A ex-presidente Dilma, quando era ministra de Minas e Energia, chegou a ocupar uma das cadeiras. Com a saída da então ministra da Casa Civil, em 2010, o MME passou a ser representado no conselho por Márcio Zimmermann, ex-secretário-executivo do ministério.

Último integrante do MME no conselho da Petrobras, ele renunciou ao cargo em 2015, em meio à crise envolvendo a estatal na Lava-Jato. Naquela época, o

comando da Petrobras convivia com a pressão para publicar o balanço auditado do exercício de 2014, diante das denúncias de corrupção em torno da petroleira. Em meio à crise institucional da estatal, o conselho foi então renovado. O ex-presidente da Vale, Murilo Ferreira assumiu a presidência do conselho na gestão de Aldemir Bendine na estatal. Os membros indicados pela União foram mudando de perfil: no lugar de ex-ministros, conselheiros independentes passaram a ser indicados pelo acionista controlador, dentre eles o próprio Roberto Castello Branco, agora indicado para a presidência da estatal.

Fonte com conhecimento da estatal afirmou que o almirante Bento terá ascendência sobre a Petrobras, mas disse não acreditar em uma interferência dos militares sobre a estatal. Para o interlocutor, o futuro ministro estaria despachando na Petrobras por uma razão mais prosaica: o almirante é do Rio e precisa de um lugar para trabalhar na cidade. "Se ele pode trabalhar em um hotel cinco estrelas [a Petrobras] por que vai se instalar em um hotel três estrelas?", disse a fonte. Na visão desse executivo, uma razão para o almirante Bento se instalar na Petrobras também pode estar na necessidade de o futuro governo acelerar as negociações com a Petrobras para a revisão do contrato da cessão onerosa, tema pendente da gestão Temer.

Outra fonte disse, porém, que o almirante Bento poderia ter se instalado na Empresa de Planejamento Energético (EPE), também no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Rocha

Título: Em leilão disputado, Neoenergia contrata R\$ 6 bilhões em ativos

Autoridades e representante da Neoenergia celebram vitória da companhia em 4 lotes no leilão de transmissão de energia

A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, foi o principal destaque de mais um leilão bem sucedido de transmissão de energia, ao vencer a disputa por lotes envolvendo R\$ 6 bilhões em investimentos, 45% dos R\$ 13,2 bilhões contratados ontem, de acordo com estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Esse foi o maior investimento único contratado em um leilão de transmissão no Brasil.

No total, foi contratada receita anual permitida (RAP) de R\$ 1,15 bilhão, deságio médio de 46% ante os R\$ 2,1 bilhões da receita máxima estabelecida pela Aneel para a disputa. O desconto anual de R\$ 986 milhões vai representar economia de R\$ 24,9 bilhões aos consumidores ao longo dos 30 anos de concessão dos ativos.

"Tivemos pleno êxito no leilão de hoje, o que nos deu muita satisfação, conseguimos vitórias em todos os lotes e com deságios expressivos. O que temos é uma vitória do consumidor", disse Sandoval Feitosa, diretor da Aneel, em entrevista coletiva depois da disputa.

A Neoenergia garantiu a RAP de R\$ 500 milhões, deságio de 48,6% em relação à receita máxima dos respectivos lotes. A companhia foi a mais agressiva do certame, vencendo grandes grupos tradicionais em transmissão como a Engie, Sterlite e Cteep na disputa pelos lotes vencidos.

No total, foram licitados 7,1 mil quilômetros em linhas de transmissão, dos quais 3 mil ficaram com a Neoenergia, que arrematou os Lotes 1, 2, 3 e 14. Com esse investimento, a companhia vai mais que dobrar de tamanho em transmissão de energia, disse ontem Cristiane da Costa Fernandes, diretora de planejamento de redes e investimentos da empresa.

"É uma decisão estratégica desde o primeiro leilão que participamos em 2017, então vínhamos aumentando a participação no setor de transmissão, e agora estamos consolidando esse posicionamento de aumentar a participação em transmissão do grupo", disse. Hoje, considerando os ativos arrematados em leilões no ano passado e também os incorporados da Elektro, a Neoenergia tem 2.336 quilômetros em linhas de transmissão. O total considera os empreendimentos ainda em construção.

O deságio mais expressivo do certame foi obtido no Lote 9, vencido pelo Consórcio Emtep, formado pela Jaac Materiais e Serviços de Transmissão, com 80% de participação, e pela Emtep Serviços Técnicos de Petróleo, com 20% restantes. O consórcio levou a concessão com RAP de R\$ 11,5 milhões, deságio de 59%.

Com vitória em três lotes pequenos, o leilão marcou a entrada da Jaac no setor de transmissão. A empresa, do interior de São Paulo, ficou conhecida no setor elétrico no último leilão de transmissão, em junho. A companhia não conseguiu se habilitar para o certame por um problema técnico, e conseguiu uma liminar que acabou suspendendo o início do certame por mais de sete horas. Posteriormente, a empresa participou da disputa sob júdice e acabou derrotada por uma oferta mais agressiva da indiana Sterlite.

A Neoenergia ficou com o maior lote do certame em termos de investimento, o Lote 1, que, sozinho, envolve investimentos da ordem de R\$ 2,8 bilhões.

A maior receita, contudo, ficou com o Consórcio Chimarrão, formado pela espanhola Cymi (do Grupo Cobra) e pela gestora canadense Brookfield, na proporção de 50% cada. Ao oferecer deságio de 42,4% em relação à receita máxima, o consórcio garantiu uma RAP de R\$ 219,5 milhões. Esse era o segundo maior lote do certame em termos de investimentos, estimados em R\$ 2,4 bilhões. Na entrevista coletiva, representantes do consórcio destacaram que a segurança regulatória do setor elétrico brasileiro é um dos motivos que justificam o investimento com a qual se comprometeram ontem.

Quando a construção do empreendimento for concluída, a tendência é que a Cymi venda sua participação para a Brookfield, que tem vocação para operar ativos de longo prazo. "Mudanças societárias estão ligadas a estruturas de negócio, não obedecem a outro motivo além da natureza da nossa companhia", afirmou Jaime Llopis, diretor geral corporativo no Brasil da ACS, controladora da Cymi. "Nossa vocação é participar de projetos durante a fase de construção. Saímos depois da construção para termos maior rotatividade de recursos", disse.

O ativo arrematado pelo Consórcio Chimarrão foi o Lote 10, primeiro dos ativos que pertenciam anteriormente à Eletrosul, da Eletrobras, mas que foram devolvidos pela companhia depois de atrasos nas obras e acabaram sendo licitados ontem.

Também faziam parte do bloco da Eletrosul os lotes 11, 12 e 13. Os ativos tinham sido concedidos à Eletrosul em 2014, mas a companhia não conseguiu concluir as obras por problemas financeiros. Desde 2016, estava negociando a venda da concessão, que quase chegou a ser assinada com a Shanghai Electric neste ano, mas o acordo acabou não saindo.

Segundo Feitosa, da Aneel, quando a Eletrosul arrematou o Lote A, a receita era de R\$ 654 milhões. A proposta da Shanghai previa uma RAP de R\$ 424 milhões. "Com o leilão, tivemos um deságio de 5,73% em relação à proposta que seria da Shanghai, ou seja, a licitação se mostrou mais favorável ao consumidor, uma vez que no processo competitivo obtivemos uma receita menor que teríamos com a eventual transferência de controle", disse.

"Os quatro lotes tiveram vencedores diferentes, e um quinto, o Lote 14, que foi um estudo novo e também fica no Rio Grande do Sul, também teve vencedor diferente. Então, são cinco empreendedores diferentes, o que demonstra que houve competição", disse Moacir Berthol, secretário adjunto de planejamento energético do Ministério de Minas e Energia (MME).

Assim como aconteceu nesse caso, outros lotes que caducaram, como uma linha de transmissão do Acre, devem ser incluídos no próximo leilão de transmissão, ainda em estudo para 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Hugo Passarelli

Título: Prévia do IPCA fechou 2018 abaixo de 4%, estimam economistas

Com cenário cada vez mais benigno para os preços dos combustíveis e da conta de luz, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) registrou deflação no último mês do ano, de acordo com analistas. Segundo a estimativa média de 24 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o indicador apresentou queda 0,12% em dezembro, depois de uma alta de 0,19% em novembro.

As projeções para a prévia da inflação oficial, que será divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vão de retração de 0,2% até alta de 0,04% - só há uma estimativa em território positivo.

Com esse resultado, o IPCA-15 deve terminar 2018 com alta de 3,91%, acima do patamar de 2,94% registrado no acumulado do ano passado, mas ainda em ritmo bastante controlado.

O grupo Transportes deve ter exercido a principal contribuição para jogar o índice no campo negativo. De alta de 0,31% em novembro, o segmento deve ter registrado baixa de 0,75% na primeira quinzena de dezembro, segundo cálculos de Fábio Romão, economista da LCA Consultores.

O economista lembra que a Petrobras tem anunciado sucessivos reajustes negativos para os combustíveis nas refinarias, abrindo espaço para que o preço menor chegue, enfim, ao consumidor final. Só de 25 de setembro a 27 de novembro, foram 19 anúncios com redução de preços, seguidos por mais quatro elevações e outra baixa em dezembro, destaca Romão.

"Essa queda do grupo Transportes seria ainda mais pronunciada se não fosse a alta sazonal estimada de 28% para as passagens aéreas no período", afirma. O economista lembra que, ao longo do primeiro trimestre, as passagens aéreas costumam devolver, ainda que parcialmente, o reajuste desse período do ano.

Os gastos com Habitação também ajudaram no cenário mais tranquilo para a prévia da inflação no fim do ano, diz Romão. O segmento, que recuou 0,13% em novembro, deve ter caído 0,55%, refletindo o acionamento pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) da bandeira verde na conta de energia, ou seja, sem cobrança extra para os consumidores residenciais.

"Por outro lado, alimentação e bebidas e gastos pessoais devem ter sido a maior pressão de alta", destacam economistas do Itaú Unibanco, em relatório. Os dois grupos, ao lado dos preços no varejo, tradicionalmente sobem em dezembro por conta das festas de fim de ano e consequente aumento da procura por esses itens.

Com mais tempo para assimilar essa pressão, o IPCA "cheio" de dezembro deve acelerar ante o mês anterior. Ainda assim, sairá de deflação de 0,21%, em novembro, para alta de apenas 0,10%, em dezembro, estima Romão. Se a estimativa se confirmar, a inflação oficial deve acabar 2018 com variação acumulada de 3,7%.

VEÍCULO:	Valor Economico
Data:	
Seção:	Empresas
Autor:	Rita Azevedo
Título:	Petrobras criará joint venture com Total na área de energia renovável

SÃO PAULO - A Petrobras informou nesta sexta-feira que assinou, na quinta-feira, um acordo de investimentos para a criação de uma joint venture com a francesa Total, por meio da subsidiária Total Eren, na área de energias renováveis.

O novo empreendimento, que irá desenvolver projetos nos segmentos de energia solar e eólica, terá a participação de 49% da Petrobras e de 51% da Total Eren.

Inicialmente, a joint venture buscará desenvolver uma carteira de projetos de até 500 MW de capacidade instalada ao longo de um horizonte de cinco anos, conforme o comunicado da estatal brasileira.

O acordo tem natureza vinculante pelo qual as companhias se comprometem a negociar os documentos necessários para a formalização da nova empresa, informa a Petrobras.

O anúncio segue a assinatura de memorando de entendimentos entre as companhias, em julho de 2018, para a avaliação de negócios conjuntos em energia solar e em eólica no Brasil.

MME / ASCOM .